

GRAVIDEZ PRECOCE: Entre influências e tabús

24 Fevereiro 2016



A PERDA de identidade cultural e a adopção de formas de ser e estar de outros povos constituem alguns factores que contribuem para o registo cada vez mais de raparigas que engravidam em tenra idade.

Esta é a opinião de alguns cidadãos entrevistados pelo “Notícias” e convidados a se pronunciarem sobre de quem será a responsabilidade das gravidezes precoces na sociedade moçambicana e o que fazer caso a menina engravide precocemente.

Alguns dizem ser efeitos negativos da globalização, outros atribuem a culpa aos pais e encarregados de educação. Ainda há quem diga que a culpa é repartida entre o Estado, pais e encarregados de educação, e as próprias raparigas. Entretanto, quase todos condenam a atitude de pais que expulsam as filhas quando estas engravidam ainda novas.

Justificaram alegando que com a globalização os moçambicanos passaram a consumir, através da televisão, rádio, entre outros meios, as diferentes formas de ser e estar de outras sociedades. Algumas conseguem tirar proveito deste processo, mas há outras que adoptam a nova forma de ser e de estar, mudam a forma de pensar, o que leva a conflitos geracionais.

Para inverter o cenário alguns sugerem uma grande atenção por parte dos pais, que devem ser mais vigilantes em relação ao comportamento dos filhos, sobretudo quando chega a fase da puberdade.

Na sociedade moçambicana várias são as acções que estão a ser feitas para combater o fenómeno. Contudo, estatísticas colocam o nosso país como sendo um dos que mais casos de gravidezes precoces regista a nível da Comunidade dos Países da África Austral (SADC).

Os mesmos dados mostram que pelo menos 40,2 por cento de jovens da faixa etária dos 20-24 anos declararam que tiveram filhos antes dos 18 anos e 7,8 por cento antes dos 15 anos em 2011. Estes dados demonstram que quase metade das adolescentes está exposta a gravidezes precoces.

Para combater o fenómeno o Governo ratificou convenções internacionais que protegem os direitos das crianças e do adolescente, para além de elaborar instrumentos e leis que regulam a protecção da saúde dos adolescentes e jovens. O trabalho conjunto do Governo e parceiros, incluindo a sociedade civil, constitui outro alicerce para a eliminação do problema.

Apesar de o país possuir estas ferramentas, a gravidez precoce continua um desafio, pois uma vez grávidas a probabilidade de as raparigas abandonarem a escola aumenta, a saúde fica comprometida e com a possibilidade de agravar ainda mais a pobreza, a vulnerabilidade, a exclusão e a dependência.

CONFLITO ENTRE GERAÇÕES



MANUEL Cossa é pai e encarregado de educação. Responsabilizou o Estado pelo actual cenário que se vive no país por ter aberto espaço para a globalização e justifica porquê: “A

culpa é do próprio Estado moçambicano, que não tem uma política cultural que se adeque à realidade do povo moçambicano. A globalização prejudica muito o nosso povo. Tentamos nos adaptar a todas as coisas que vemos na televisão e acabamos por não conseguir controlar ou orientar os nossos próprios filhos. Esse é o grande problema”, considerou.

A fonte diz que é um erro atirar culpas aos pais, alegando que estes pautam em educar da melhor forma os seus filhos. Contudo, são confrontados com a nova realidade e ficam limitados.

“É reparar que dos anos 90 para baixo a situação era diferente. Hoje em dia as coisas são outras. Isto porque também os pais perderam autoridade perante os filhos. Quando um pai tem um pensamento para poder moldar o comportamento do seu próprio filho existem barreiras por causa dos Direitos Humanos que acabam por interferir na vida individual das pessoas e os pais acabam ficando limitados”, observou.

Lembra-se de ter visto, várias vezes, crianças na televisão a queixarem-se por terem sido repreendidas pelos seus progenitores. “O meu pai me bateu, o meu pai não me dá comida, então aquilo cria, de certo modo, uma ferida aos pais, porque não há nenhum pai que não goste do seu próprio filho. O que acontece é que os próprios pais são violentados pelo próprio Estado”, referiu.

Para Manuel Cossa, o Estado deve devolver autoridade aos pais e criar políticas próprias que não prejudiquem a estes, nem as crianças e ao próprio Governo, o que minimizaria a situação.

“Cada povo tem a sua cultura específica. Nós aqui em Moçambique não conseguimos perceber que quando, por exemplo, assistimos a televisão brasileira vemos a maneira como se vestem os brasileiros, vemos como se vestem pessoas de outros quadrantes. É a cultura deles e nós temos a nossa. Com isso acabamos por mudar a nossa forma de pensar, a nossa forma de nos apresentarmos e isso dá lugar a contradição entre pais e filhos, estes últimos que querem viver a realidade actual e os pais que acham que aquela não é a maneira certa”, sublinhou.

É ainda de opinião que quando a menina engravida não se deve recorrer ao aborto, muito menos expulsá-la de casa, porque isso, segundo ele, só a prejudica.

“A gravidez é um processo social de vida que deve ser consentido pelos próprios pais. É preciso mostrar a menina que a partir daquele momento ela já tem uma outra criança. Então, procurar uma política própria para que aquela menina tenha o bebê e explicar a ela as desvantagens disso, porque vai interromper uma parte dos seus sonhos e desejos para cuidar de outra criança. O pai precisa de ajudar o filho ou a filha para que não volte a cometer o mesmo erro”.

FALTA ATENÇÃO DOS PAIS



PARA Filomena Massingue, mãe e encarregada de educação, a responsabilidade das gravidezes precoces é de todos, mas mais dos pais, e explica porquê: “Como nós sabemos, a educação parte de casa. Se os pais não ensinam, as crianças em algum momento se perdem. Uma criança sem orientação perde-se. Tem de haver um adulto que a controle e lhe diga que isto sim, aquilo não”, justificou.

Sugeri uma maior atenção por parte dos pais, sobretudo da mãe, para o caso da menina. “Quando chega a fase da menstruação é tarefa dos pais explicar a filha sobre o significado daquela nova fase da vida sem receios nem tabus. Dizer a menina que a partir daquele momento ela pode engravidar, apesar de continuar criança, caso não se previna”.

Concorda também que em caso de uma gravidez precoce os pais não devem afastar a filha da família porque trata-se de um momento que mais precisa da ajuda.

“O apoio é fundamental para que a menina não perca a escola. É difícil sim, mas há que fazer esforço. Fazer a rapariga perceber que não é por causa da gravidez que ela deve se sentir

excluída da sociedade. Errou sim, mas ela tem que reerguer a cabeça e continuar com os estudos porque sem escola hoje em dia não és ninguém”.

RECEIO DE FALAR SOBRE SEXUALIDADE

A ALUNA Atija Mahumane, 18 anos, atira a culpa em primeiro lugar à própria rapariga, que muitas vezes tenta experimentar o acto sexual sem ter conhecimentos sólidos sobre os perigos desse acto.

“Acho que a culpada é a menina porque ela deve cuidar de si mesma e saber se proteger. Evitar namorar e iniciar a actividade sexual antes que se sinta segura”, disse.

Para esta jovem, algumas raparigas quando iniciam o ciclo menstrual não informam as mães. Ficam caladas e procuram ajuda de terceiros (amigas ou colegas da escola) que podem dar informações certas ou erradas.

“Algumas de nós temos medo e vergonha de conversar com as nossas mães ou mesmo irmãs mais velhas sobre a sexualidade. O receio é de que pensem que já começámos a namorar. Eu mesma tenho esse problema. Quando a minha irmã ou mãe tenta falar da sexualidade mudo de assunto. Não me sinto confortável em conversar com elas”, lamentou.

Mauro Benedito, 16 anos, é de opinião que quer as meninas, quer os rapazes devem evitar iniciar a relação sexual ainda novos para evitar a gravidez e sempre que possível conversar com os pais sobre o assunto. Os pais, por sua vez, devem estar abertos para explicar a matéria sem tabus.

“Os pais devem estar atentos ao comportamento dos filhos e serem vigilantes”, destacou.

MESMO GRÁVIDA: HÁ CONDIÇÕES PARA PROSSEGUIR COM OS ESTUDOS



FILIPE Alfiado, director adjunto pedagógico do 2.º Ciclo numa das escolas secundárias, fez saber que quando a escola tem conhecimento da existência de uma aluna grávida comunica os encarregados de educação da menor e esta é encaminhada para o curso nocturno.

“Tomamos esta atitude primeiro para desencorajar as outras crianças para não acharem algo normal (que podem estar naquele estado e nada vai lhes acontecer...). Por outro lado, algumas meninas grávidas têm complicações na sala de aulas e não só. Então, com pessoas um pouco crescidas alguns com experiência na maternidade no curso nocturno a menina pode ter apoio e compreensão. Se o autor da grávida for um aluno nosso ou de uma outra escola nós comunicamos para que também este menino passe para o curso nocturno”, explicou.

Segundo o pedagógico, a escola tem sempre pautado por aconselhar os pais da menor para que a apoiem de modo a não abandonar a escola porque há condições para ela continuar com os estudos.

“O conselho que damos é de que os pais devem fazer esforço para que a aluna continue a estudar, porque se anular a matrícula, por exemplo, ao retornar à escola provavelmente não estará na faixa etária das crianças que estudam de dia. Vai ter de passar na mesma para o curso nocturno”, frisou.

Explicou ainda que caso o aluno ou aluna fique impossibilitado de realizar avaliações a escola abre espaço para que este/esta realize as provas, desde o momento que as faltas sejam

devidamente justificadas. O que a escola não pode fazer é obrigar o professor a voltar a dar as mesmas aulas aos alunos impossibilitados de assisti-las porque tem planos e metas a cumprir.

“Nós aconselhamos que ao regressar à escola a aluna se integre em grupos de estudo para recuperar as aulas perdidas. Infelizmente, nos últimos exames tivemos o caso de uma menina que não fez o exame de Química porque teve parto naquele período. Os exames são nacionais, era 2.^a época e não foi possível fazer mais nada. Mas são casos raros. Se isso tivesse acontecido nas avaliações normais ao nível da escola esta criança teria sido avaliada”, frisou.

Em caso de as faltas extravasarem o limite estipulado pelo Regulamento Pedagógico a aluna pode fazer um requerimento para a reconsideração das mesmas.

“A única desvantagem é de que embora estas sejam revalidadas não temos como abrir uma sala especial para os professores voltarem a dar aquela matéria. A pessoa tem de fazer um pouco mais de esforço para recuperar as aulas perdidas”.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/pagina-da-mulher/51487-gravidez-precoce-de-que-lado-esta-a-responsabilidade>